GNL, metais e commodities agrícolas: consequências práticas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para as trading companies

A diversificação do polo cria oportunidades e obrigações para as trading companies. Uma mesa de GNL em Singapura precisa conhecer as condições de acesso ao terminal e o papel da Singapore GasCo como compradora doméstica. Uma mesa de metais precisa de acesso aos serviços de compensação da SGX e às redes de armazéns da região. Um negociante agrícola deve construir sistemas de rastreabilidade que satisfaçam os clientes europeus e os financiadores de Singapura. Uma mesa de carbono deve verificar a autorização e a integridade de cada crédito.

Essas exigências têm traços comuns. Todas giram em torno da documentação: de origem, qualidade, titularidade e status jurídico. Todas exigem também cooperação entre negociantes, advogados, profissionais de compliance e especialistas em dados. A trading company de 2026 é tanto uma organização de gestão da informação quanto uma organização de movimentação de mercadorias.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Para bancos e financiadores

Os bancos que financiam essas operações enfrentam novos riscos. Cada carga de GNL vale dezenas de milhões de dólares e é frequentemente financiada por meio das estruturas descritas no Capítulo H.I. O financiamento de metais depende da integridade dos certificados de depósito, cuja vulnerabilidade ficou demonstrada pelas fraudes discutidas no Capítulo H.II. O financiamento agrícola depende da capacidade do tomador de demonstrar o cumprimento das regras de sustentabilidade. O financiamento de carbono depende do status jurídico dos créditos. Em cada caso, o financiador precisa olhar através da operação até o ativo subjacente e sua documentação.

Lista de verificação para profissionais

- No caso do GNL, verificar o licenciamento de importadores e as regras de acesso previstas no Gas Act, bem como o papel atual da Singapore GasCo como compradora centralizada para o setor elétrico.
- No caso de derivativos de minério de ferro e de outros metais, identificar a câmara de compensação, o índice de referência e as regras de margem, e avaliar se o hedge corresponde à exposição física.
- No caso de warrants e certificados de depósito, verificar o operador do armazém, a existência do metal e a cadeia de titularidade, sobretudo quando os certificados são financiados por vários bancos.
- No caso de óleo de palma, borracha, cacau, café, soja e madeira destinados à União Europeia, reunir os dados de geolocalização das áreas de produção e as informações necessárias para a declaração de due diligence do cliente nos termos do Regulamento (UE) 2023/1115.
- Examinar a base de fornecedores quanto à exposição nos termos do Transboundary Haze Pollution Act 2014, em especial quando os fornecedores operam em turfeiras em Sumatra ou Kalimantan.
- No caso de créditos de carbono, confirmar a metodologia do projeto, a safra (vintage), o registro, a autorização do Estado anfitrião e eventual ajuste

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

correspondente, e verificar a elegibilidade para uso no âmbito do imposto sobre o carbono.

- Documentar no contrato a natureza jurídica dos créditos de carbono e de outros ativos baseados em registros, incluindo transferência de titularidade, insolvência e lei aplicável.
- Considerar sanções e controles de exportação para cada commodity e cada contraparte, conforme descrito no Capítulo H.IV.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com